

IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTO CAMPONÊS NO RIO GRANDE DO SUL - ANOS 60 - 70

* Paulo Bassani

RESUMO

O trabalho trata da relação estabelecida entre a Igreja Católica e o Movimento Camponês no Rio Grande do Sul. Procurando demonstrar a forma conservadora determinada pela tutela político-ideológico da Igreja e de sua doutrina Social Cristã. Esta condicionando a forma de pensar e a ação camponesa nos anos 60 e 70.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais aparecem na história revestidos em duas grandes formas, isto é, dois conteúdos que qualificam a especificidade de seu meio e suas lutas. Apresentam-se como movimentos sociais urbanos, ou como movimentos sociais rurais. Neste sentido procuramos enfatizar a análise dos movimentos sociais rurais destacando a problemática política dos camponeses.

Ao enfocarmos o movimento social camponês, compreendemos que o campesinato constitui uma categoria social específica e representativa no quadro da estruturação global das classes sociais na sociedade contemporânea, principalmente em se tratando dos países Latino Americanos, de maneira particular.

Nesta estrutura global, os camponeses encontram-se alinhados junto às classes subalternas, as quais sofrem as ações econômicas, políticas e ideológicas das classes dominantes, quer do meio urbano quer do meio rural.

Nosso estudo demarcou e acompanhou parte desta história de organização e luta dos camponeses brasileiros.

Trata este trabalho da Frente Agrária Gaúcha (FAG) como um movimento social criado pela igreja Católica do Rio Grande do Sul na tentativa de tutelar o movimento camponês dos anos 60 e 70. Com uma proposta tuteladora/paternalista, a Igreja determinou, junto ao movimento camponês, sua linha política-ideológica seguindo os princípios de sua Doutrina Social Cristã (DSC).

* Docente da U.E.L. e do CESULON

2. DOCTRINA SOCIAL CRISTÃ E SUA VISÃO DO MUNDO

A Doutrina Social Cristã (DSC) que orientou o pensamento e atuação da Igreja Católica brasileira, nos anos 50 e 60, encontra as origens e sua filosofia de ação nas encíclicas papais, principalmente na *Mater et Magistra*. Esta Doutrina delineou na prática as propostas de atuação da Igreja Católica, ao menos no que diz respeito a sua hierarquia, tanto de sua ação social no campo que se iniciava, quanto na cidade. Demarcando, com isto, uma visão político-ideológica conservadora no que diz respeito a estruturação e as relações entre as classes sociais sob o capitalismo.

A DSC admite a idéia de que a sociedade capitalista esteja dividida em classes sociais. Contudo sua interpretação prende-se ao fato de que a divisão entre as classes sociais não é consequência necessária da existência de um antagonismo de classes na sociedade. Isto quer dizer que a existência de classes sociais não implica necessariamente na exploração de uma classe pela outra.

As classes, segundo a DSC, resultam das desigualdades individuais entre os homens as quais se fundamentam na própria "natureza humana" e nas diversas funções desiguais exigidas e existentes por qualquer tipo de organização social. Este caráter natural das classes sociais e de um antagonismo não necessário mas que se complementa, torna a luta de classes não como algo inevitável das desigualdades geradas por um determinado modo de produção e de suas relações sociais que lhes são específicas, mas como resultados de certas "formas abusivas" de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc.. Assim sendo, podemos afirmar, segundo a visão social da Igreja através da DSC, que as causas da luta entre as classes sociais não são geradas por questões estruturais, mas sim por questões eminentemente conjunturais, pois, segundo a DSC, sendo as classes sociais em si naturais e complementares não se justifica-se sua erradicação, mas sua união a fim de que as desigualdades "injustas" que produzem o conflito devam ser modificados pela "justiça" e o amor cristão".

Percebemos com isto, que a Igreja, através de seus Bispos, padres e pensadores, durante as décadas de 50 e 60, não conseguiram captar o sentido exato do antagonismo existente entre as classes sociais, principalmente ao analisar as classes sociais sob o modo de produção capitalista. Capitalismo este em franca expansão e dominante no contexto da formação social brasileira da época.

Algumas das razões pelas quais a Igreja tenha interpretado desta forma as relações de classe sob o domínio do capital, vão desde os interesses que esta possuía no contexto, sua relação e comprometimento com o Estado, bem como a formação conservadora filosófica e teológica dos intelectuais e pensadores da Igreja.

A DSC tem tratado a categoria CLASSE SOCIAL, no sentido teórico-prático segundo a visão funcionalista. Classe para a DSC é empregada com o mesmo sentido de "função social", isto é, as diferentes funções e tarefas dos grupos e indivíduos na sociedade. Nesta perspectiva de interpretação, nada se torna mais óbvio do que admitir o caráter natural da existência das classes sociais em qualquer estrutura social, como absolutamente normal. Por outro lado, os pensadores da DSC, não distinguem claramente os aspectos éticos, morais e principalmente ideológicos que tal interpretação carrega.

Ao analisarmos uma sociedade capitalista, dentro de um marco teórico-histórico, crítico e dialético implica, antes de mais nada, observarmos e entender como se produz a vida material na sociedade, como os homens produzem e se reproduzem e, a partir daí, determinarmos a composição das diferentes classes sociais frente aos meios de produção.

Na sociedade capitalista existem algumas classes sociais que controlam a posse da maioria dos meios de produção na cidade e no campo, na indústria e na agricultura. Portanto o domínio das decisões econômicas, políticas e sociais da sociedade como um todo. Por outro lado uma grande parte da população, a maioria, encontra-se despossuída de todo e qualquer meio de produção e o poder que lhes atribui, possuindo apenas a força de trabalho a ser trocada com o capital, recebendo pelo equivalente dessa transação um salário, no qual na mão do trabalhador não mais funciona como capital, mas sim como um dinheiro disponível para sua reprodução como trabalhador. Esta relação social que se estabelece na sociedade de classes, pode ser definida como uma relação desigual e exploratória, uma relação entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos.

Nesse sentido é que se percebe o equivoco técnico, porém não político da DSC, em considerar utopia a supressão das classes sociais e, defender a idéia de que devam ser feitas mudanças necessárias nessas relações, para que possam ser harmônicas. Porém, isto é, nada mais do que uma contradição, uma ilusão. Pois, querer impregnar de "justiça e amor" relações entre classes antagônicas e contraditórias que pela sua própria dinâmica segregam exploração e expropriação de formas variáveis ao nível de conjunto das classes sociais na sociedade capitalista, é querer cavar um buraco na água, o resultado todos sabemos.

3. FRENTE AGRÁRIA GAÚCHA: A TUTELA DA IGREJA

Em razão disso, consideramos como de importância fundamental a análise da representatividade e influência que a FAG teve para o campesinato no caminho de sua organização e ação. Uma análise a partir desta ótica faz-se importante na medida em que como afirma MARTINS (1981:81) "a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato".

A tutela política que concebemos não significa uma manipulação pura e simples do movimento camponês, nem a introdução de uma consciência de fora para dentro do movimento, mas a tutela implica numa colaboração teórico-organizacional para o avanço. Porém esta concepção pode ser questionada com relação aos interesses que a Igreja católica tinha em relação ao movimento camponês. Isto é, tutelar para determinar um avanço real na organização e luta camponesa? Ou tutelar para atrelar o movimento dentro de seus traços político-ideológicos?

A FAG foi criada no ano de 1961, mais precisamente em 18 de outubro, seguida da legalização como pessoa jurídica no dia 8 de fevereiro de 1962. Sua sede e foro situam-se na cidade de Porto Alegre/R.S.

Essa frente agrária surge como resultado de um encontro do Episcopado Rio-Grandense, o qual verificou a necessidade e a urgência da criação de uma base ativa no interior do Estado afim de contrabalançar a influência das lideranças das esquerdas, que estavam, numa escala crescente, atuando em inúmeros sindicatos e município do interior.

Segundo CASAROTTO (1977:49), os Bispos presentes nesse encontro, "... refletiam demoradamente sobre o que fazer em benefício dos agricultores e preservá-los dos lobos vorazes que se apresentavam vestidos com peles de ovelhas. Fortemente alicerçados sobre a Encíclica que acabava de ser publicada, (MATER ET MAGISTRA) resolveram suscitar um movimento social cristão entre os homens do campo, uma espécie de cruzada para a libertação da família e prosperidade, ambos ameaçados pela doutrina enganadora dos seguidores de doutrinas marxistas".

Vê-se com isso que a preocupação central da igreja Católica gaúcha ao incrementar um movimento social cristão no campo era com a possível abrangência do movimento político de esquerda que, com uma ideologia marxista, buscava ocupar os espaços no meio rural.

Suas principais formas de ação junto aos camponeses resumiam-se na ação sindical e na utilização de aparelhos ideológicos tais como os Institutos de Educação Rural e as Escolas de Educação Familiar. Ambas iniciativas da FAG com preocupações de formar lideranças camponesas cristãs.

A análise do movimento camponês liderado pela FAG evidenciou a ausência de uma autonomia das bases camponesas de sua liderança. Vários fatores contribuíram para o estabelecimento dessas relações assimétricas.

O primeiro relaciona-se à própria origem da FAG, cuja iniciativa de organização que não partiu das bases camponesas, mas sim dos interesses dos setores conservadores da Igreja Católica no Rio Grande do Sul que, naquela conjuntura histórica dos anos sessenta constituía-se como um dos setores de maior peso e influência, tanto na hierarquia da Igreja, quanto nas bases camponesas.

O segundo aspecto a ser ressaltado refere-se à ação político-ideológica desenvolvida pela FAG, cujo respaldo foi dado pela DSC e pela interpretação e um dos seus ideólogos de maior influência, que foi Dom Vicente Scherer. À luz da DSC, a FAG buscou muito mais consolidar do que enfrentar a problemática da luta de classes. Nesse sentido sua praxis priorizou, no seu enfrentamento, questões de ordem conjuntural, fazendo vistas grossas as questões estruturais da sociedade capitalista. Na realidade a FAG agiu mais como mediadora entre os conflitos de classes do que como força geradora de organização e consciência do campesinato.

A ação político-ideológica da FAG reproduziu e articulou a própria ação político-ideológica da Igreja Católica. Pelo menos a ideologia da corrente hegemônica expressa pelos setores mais conservadores que antiveram, a nível nacional, o controle das ações da Igreja durante a década de sessenta e parte dos anos setenta. Desta forma a FAG, como vinculadora da ideologia católica a movimento camponês, submeteu-se os interesses dos camponeses a esta ideologia.

Pensar que a Igreja, através da FAG, poderia ter se tornado um canal/instrumento através do qual o campesinato pudesse desenvolver o seu potencial de luta frente as novas circunstâncias econômicas, políticas e sociais geradas pela expansão do capitalismo na agricultura gaúcha, é pensar naquilo que não ocorreu. A ação vertical foi a que marcou presença da FAG no meio rural enquanto entidade organizadora e tuteladora do movimento camponês.

Esta característica de verticalidade da FAG na organização e condução do movimento camponês relaciona-se ao próprio contexto de sua estruturação onde a Igreja buscava conter o avanço comunista no campo "salvando os camponeses da maré vermelha", articulando um movimento sem uma prévia consulta as bases interessadas.

Subjacente a estas questões estava o fato de que a Igreja Católica necessitava manter sua legitimidade enquanto Instituição, procurando reafirmar a sua hegemonia junto ao campesinato, na qual encontrava sua maior fonte de vocações religiosas, bem como da massa seguidora do cristianismo. Aliás, isso já havia sido lembrado pelo papa Pio XI, ao afirmar que o grande escândalo da Igreja no século XIX fora a perda do operariado e, que portanto, neste século ela não poderia perder também os camponeses.

A concretização do projeto político-ideológico da frente realizar-se-á através do movimento sindical conquistado, pela FAG, na disputa com outras lideranças políticas de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PC), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que nos anos sessenta buscavam, também o controle da tutela do movimento camponês.

Analisando a orientação sindical assumida pela FAG e a praxis desenvolvida pelo seu sindicalismo rural, evidencia-se um conteúdo reformista/conservador assumindo uma função histórica assistencialista. Já quando, em determinados momentos, questões de ordem estrutural eram discutidas dentro dos sindicatos, como no caso da Reforma Agrária, o movimento sindical tutelado pela FAG relegava a sua feição assistencialista e assumia uma postura legalista, exigindo, para corrigir as imperfeições da estrutura agrária brasileira, o cumprimento do Estatuto da Terra, elaborado pelos setores que advogavam a permanência desta mesma estrutura.

Com uma praxis sindical assistencialista e legalista afastava qualquer possibilidade de caracterizar o movimento sindical tutelado pela FAG como combativo e progressista. Isto porque um movimento combativo e progressista é aquele que se caracteriza pela busca, através de sua praxis, da superação histórica do sistema capitalista, gerador da expropriação, exploração e subordinação camponesa, procurando construir, a partir das bases, uma sociedade com estruturas igualitárias. Em outros termos, tenta na sua prática cotidiana despertar no campesinato a possibilidade de transformá-lo em uma "classes para si" aflorando seu potencial e sua combatividade.

A FAG e sua orientação sindical, nunca tentou romper os pilares que atrelavam e subordinavam a estrutura sindical do Estado, inviabilizando desta forma a possibilidade de um projeto político camponês autônomo. Não reconhecendo a capacidade organizativa do campesinato e impondo verticalmente sua linha político-ideológica, a FAG bloqueou a criação de alternativas políticas no seio do movimento camponês e desta forma comprometendo a própria autonomia camponesa. Isto foi o que se pode constatar em nossa pesquisa, pelo menos, até quase o final dos anos 70, onde a Igreja hierárquica conservadora perde seu lugar e influência para uma Igreja fundamentada pela Teologia da libertação e a prática de suas posturas, principalmente da Comissão Pastoral da Terra - CPT - fundada em 1975 e, que determina, a partir daí, uma nova linha de ação política-ideológica da igreja no campo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil** - brasiliense SP, 1979.
- BRESSAN, Suimar J. **Sindicalismo Rural e Sociedade: Relações e História**. (Dissertação de Mestrado), IEPE/UFRGS, POA, 1978.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. **A Igreja católica e a Questão Agrária: Análise de Suas declarações no período 1950 - 1964**. In: Revista de Cultura e Política, Cortes/Cedec, nº 8, jun. SP, 1982.
- CASAROTTO, Irmão C. Marclio. **Irmão Miguel Dario - "O irmão dos agricultores"**. Publicado da Província Marista, Poa, 1977.
- CONGRESSO Estadual dos Trabalhadores Rurais. **Cartas de Reivindicações e Ação, 1962 - 1976**, Poa, 1977.
- FAG - **ABC do Sindicalismo Rural**, Seccional de Ijuí, 1962.
- . **Estatutos** - Poa, 1966.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, RJ, 1981.
- SCHERER, D. Vicente. **A Questão Agrária**. FAG, Porto Alegre, 1969.
- KUNZ, D. Edmundo. **Queremos Ser Gente**. FAG, Porto Alegre, 1977.
- WANDERLEY, L. Eduardo. **A Igreja e sociedade no Brasil: 1950-1964-75**. In: **Religião e Sociedade**. Civilização Brasileira, Out, SP., 1978, pág (93/107).